
O CAPITAL CONTRA A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

CAPITAL CONTRA LA EDUCACIÓN EN CLASE DE TRABAJO

CAPITAL AGAINST WORKING CLASS EDUCATION

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.33252>

Acirram-se os ataques à educação pública e a campanha da iniciativa privada pelo desvio dos recursos públicos para este setor. *Geminal* toma então o tema do capital contra a educação da classe trabalhadora, entregando-nos nesta entrevista, a Luis Eduardo Acosta, professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-diretor do ANDES-SN. Com roteiro elaborado por Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Elza Peixoto e Gilcilene Barão, temos um interessante balanço da conjuntura mundial que auxilia no entendimento do movimento na conjuntura brasileira nos últimos anos.

Luis Eduardo Acosta¹

Geminal: Qual a leitura que você faz da atual conjuntura e como você interpreta esta crise? Estamos em um momento decisivo? Quais são os seus impactos na formação social brasileira e na América Latina?

Acosta: Estamos num momento de transição de uma forma social das sociedades capitalistas para outra caracterizada pela predominância da forma social do capital financeiro, em particular do capital fictício que opera em favor das frações rentistas dos grandes capitalistas. É uma financeirização alavancada pela moderna tecnologia da informação e comunicação, além do vertiginoso processo de desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à produção de mercadorias especialmente na forma de serviços de consumo continuado. Todo um período de desenvolvimento capitalista industrial fordista está sendo destruído, abarcando assim mesmo a forma do poder político tradicional do Estado-nacional e seu sistema de domínio político, mais ou menos democrático-liberal (ou melhor dizendo, partidocrático), construído em torno do Estado-nacional, levando junto os mecanismos de representação dos interesses organizados da sociedade civil. Porém, e isto infelizmente é fundamental, todo este processo de colapso desta forma social do capitalismo, não está sendo protagonizado pela classe operária, antes é um processo de auto-reforma do capitalismo na direção de uma forma mais abstrata, impessoal de domínio dos “mercados”, dos grandes monopólios, das agências “técnicas” internacionais e nacionais, em fim, dos investidores proprietários do capital.

Este processo começou nos anos 70 do século passado, simbolizado pela ruptura unilateral por parte dos EUA dos acordos de Bretton Woods, no ano de 1971 e tem no neoliberalismo a sua justificação ideológica. Já levamos, portanto, quase 50 anos de transformações produtivas, na sociedade política e na sociedade civil, e nas formas de subjetividade social e individual. A crise de 2008, alterou para pior este processo, provocando uma inflexão no sentido de um aprofundamento da dinâmica da financeirização. Poder-se-ia dizer que estamos numa segunda fase da financeirização e do neoliberalismo. A crise da dívida na Grécia é para esta nova fase do neoliberalismo o que o Chile foi para a primeira fase, um laboratório político-social das políticas de austeridade, de cortes de gastos sociais, de um brutal ajuste fiscal em benefício dos credores da dívida pública, tudo justificado pela defesa da estabilidade da moeda europeia, o euro, indicador este que revela o grau de fetichismo do capital e seu poder na subjetividade das massas populares. As criptomoedas são um símbolo deste estágio novo do desenvolvimento do capitalismo tecnofinanceiro. Estas moedas são um produto tecnológico, um algoritmo, *bytes* de informação, sem lastro nenhum, que transitam pelas redes da *internet* em forma quase instantânea, acelerando vertiginosamente a velocidade de rotação do capital, e em particular o tempo de circulação das mercadorias. Não por acaso, a principal destas criptomoedas, o *Bitcoin*, começou a circular no ano de 2009. Hoje há dezenas destas moedas circulando, e está sendo anunciada a entrada, neste mercado, de grandes empresas de tecnologia de abrangência mundial. É um novo avanço na financeirização do capital, um nível superior de abstração do valor, que se organiza por fora das instituições bancárias tradicionais, e até potencialmente contra elas, e a princípio, sem o controle dos Bancos Centrais e, assim sendo, por fora e potencialmente, até contra estas instituições. Estas tecnologias possibilitam incluir no mercado financeiro todos os indivíduos que estão fora do sistema financeiro tradicional, organizado em torno dos bancos. Este é o novo “nicho” do mercado, os indivíduos simples, pobres e precarizados, que não têm acesso aos serviços financeiros tradicionais. Novas operações de engenharia financeira são possível e, evidentemente, novas crise sistêmicas podem vir a acontecer, sem que existam ainda instrumentos para gerir estas novas crises. Estamos querendo dizer que há no horizonte, pela própria dinâmica auto-expansiva do capital que leva a criar novos (mais sofisticados, mais opacos e mais arriscados) processos de auto-valorização, novas crises de difícil prognóstico sobre a capacidade de gerenciamento com instrumentos disponíveis. Evidentemente, aqui cabe repetir o que falamos anteriormente, a crise sem um sujeito que possa dar um sentido civilizatório, desemboca ou num novo mecanismo de gestão financeira internacional (um novo Bretton Woods) ou, na ausência de regulação, na barbárie como novo estágio da humanidade, e não no socialismo.

Tudo isto, o que estamos denominando como segundo ciclo de contrarreformas neoliberais pode ser interpretado como uma tentativa de saída ilusória para a uma crise geral do capital que não tem saída porque já esgotou todas suas possibilidades de “progresso”. Neste caso, estamos diante do colapso da sociedade capitalista, e portanto o corolário é uma situação de barbárie, de decomposição social, caso não venha a emergir um sujeito histórico, a classe operária, capaz de

conduzir a crise geral num sentido revolucionário. Outra interpretação, é que este seja um processo de aprimoramento, de passagem para uma forma social superior, mais adequada para o próprio capital, que assim se aperfeiçoa, num processo de catarse ou purificação, com uma forma mais abstrata, mais impessoal, mais imaterial. Neste segundo caso, o capital está num processo de transição estrutural, suscetível ainda de regulação internacional e nacional, porém não está ainda num processo terminal de decomposição.

Nesta dinâmica do movimento do capital na superação dos limites das suas próprias formas sociais, há um processo de superação dos limites territoriais e dos Estados nacionais na direção da unificação do mercado mundial. Isto se expressa nas disputas acirradas entre as grandes potências mundiais. A China com as propostas da “Nova rota da seda”, do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) disputa a liderança e orientação da globalização do capital. A globalização unipolar dos EUA e países da UE, se confronta com o interesse por uma globalização multipolar da China, da Rússia e de outros países (potencialmente o Brasil também estaria neste bloco de países). A elite chinesa pretende liderar o desenvolvimento científico-tecnológico, para não ser apenas a fábrica mundial, mas também criar as novas mercadorias, no sentido da inovação e criação de novos produtos. Há aqui uma disputa pela direção do conhecimento científico-tecnológico, pelas patentes como forma de propriedade privada do conhecimento. A “guerra comercial” que o governo do Trump leva adiante contra vários outros estados, adquire relevância na disputa com a China, em particular pela centralidade econômica, político-militar, e cultural das tecnologias de redes de informação e comunicação de quinta geração que as empresas chinesas têm desenvolvido.

Na América latina estamos num momento de implosão ou colapso das experiências progressistas e/ou bolivarianas neo-desenvolvimentistas das estratégias democráticos-nacionais e/ou democráticos-populares. Esta estratégia, revelou seus limites, nesta época em que o capitalismo, ainda que periférico e dependente, completou seu desenvolvimento no que diz respeito ao metabolismo dos elementos pré-capitalistas das sociedades tradicionais. Ou seja, já não há mais tarefas democráticas, agrárias, de libertação nacional “em atraso” para serem realizadas em aliança com setores progressistas, ilustrados e conciliadores das burguesias locais, como parte do processo de transição ao socialismo. Não há forças pré-modernas a serem mobilizadas nas lutas contra o capital como aconteceu ao longo do século XX com o movimento camponês, que protagonizou as revoluções do século XX como “força auxiliar” da classe operária. O capitalismo na periferia dependente funciona deste jeito, sem que isto signifique que estamos atrasados com relação a um hipotético “modelo” mais avançado de capitalismo, e menos ainda que tenha sido superada a relação de dependência com os “centros” imperialistas. Assim sendo, as tarefas que estão colocadas para nós, são tarefas de luta antiimperialista e anticapitalista, num quadro em que o capitalismo está num processo acelerado de modernização financeira, privatizações, desmonte das frágeis políticas sociais públicas, com grandes inovações produtivas, e uma nova organização do

trabalho com base na autoexploração empreendedora, que potencializam os traços seculares de precarização da vida dos trabalhadores no nosso continente.

G.: Como você avalia o avanço de forças fascistas na correlação de forças? Seria este um sinal da agudeza da crise do capitalismo e do liberalismo?

L.: Há uma formulação de uma utopia regressiva, uma busca da segurança perdida pela decomposição das formas sociais anteriores. Assim surgem as utopias do retorno à família tradicional, sendo que a família tradicional é a família patriarcal. Esta é uma família violenta, organizada hierarquicamente em torno da figura do homem branco, masculino, heterossexual que impõe sua autoridade através da violência, uma vez que tem o “direito”, nesse microcosmos social, de “punir para educar” tanto a sua mulher como aos seus filhos. Lembremos que antigamente, quando a família era também uma unidade produtiva, faziam parte dessa família, os escravos submetidos à disciplina do “chefe de família”. Para as camadas populares, esta utopia regressiva oferece alguma segurança com relação à violência na vida cotidiana fora do lar. O cotidiano das camadas populares é de extrema violência, é um cenário de barbárie social, dominado pela narcotráfico, a milícia ou pela força policial. Daí que a figura do “chefe de família” forte, poderoso, exerce um poder de atração importante. Também é verdade que este “chefe de família” é, no cotidiano popular, um chefe ausente. As famílias populares, são chefiadas por mulheres com filhos que passam enormes dificuldades para sobreviver. Essa figura do “chefe de família” protetora funciona mais como uma imagem simbólica, divulgada pelas igrejas, que como uma figura real, presente no cotidiano popular. Há também elementos de uma utopia regressiva no apelo à nação. Esta funciona como se fosse uma grande família, unida aqui também pelo seu “chefe”, na figura do líder, do “Duce”, do “Führer”, ou no nosso caso do “Mito”. Uma vez que há uma decomposição das formas institucionais tradicionais de participação política no Estado nacional via sistema de partidos políticos, renasce esta figura mítica e retrógrada do pai com todos os atributos despóticos, da hierarquia, violência e força bruta machista, para proteger essa singular família nacional de todos aqueles inimigos, identificados por alguma marca social ou biológica (negros, homossexuais, petistas, comunistas, etc.).

O fascismo não é tão somente o culto à força, à superioridade étnico-cultural de um determinado grupo nacional e/ou social. Tem raízes econômico-sociais. Uma caracterização clássica do fascismo, compatível com o que acabamos de dizer anteriormente é aquela formulada por Dimitrov, no 7º congresso da III Internacional no ano de 1935: "*O fascismo é a aberta ditadura terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro*".

No atual governo há elementos fascistas, porém ainda não é um regime fascista, Até poderia vir a ser. Por enquanto a resistência social e institucional não tem deixado que esses elementos antidemocráticos tomem conta das principais instituições do estado e há, portanto, um precário equilíbrio de forças que preserva a institucionalidade democrática.

G.: Em seus estudos você tem analisado o avanço do pensamento conservador. Como você avalia esta América Latina e em específico no Brasil e na Argentina?

L.: As transformações provocadas pela financeirização do capital e as políticas neoliberais estão por trás da passagem das políticas de reconhecimento da alteridade para as políticas de reconhecimento da identidade, uma vez que são abaladas as identidades nacionais, étnicas, sociais, de gênero e especialmente da classe trabalhadora. Cria-se um mundo social homogêneo, abstrato, impessoal, de indivíduos solipsistas, cada um amarrado a sua, e somente sua, frágil construção identitária. De fato, as políticas identitárias, são políticas de “emancipação” do indivíduo com relação a sua identidade, seja atribuída por outro(s) ou auto-construída. Aquela frase da Margareth Thatcher: “*Não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias*”, tem se revelado um programa político de longa duração, de profundas transformações societárias, que está gerando o indivíduo isolado empoderado ou empreendedor que infrutuosamente procura segurança no lar, numa utopia retrógrada na direção da família patriarcal, instituição esta que está em vias de extinção.

O indivíduo empoderado, é um indivíduo que se auto-explora de uma forma ainda mais cruel que se fosse explorado por um patrão na forma tradicional do trabalho assalariado numa fábrica fordista através dos dispositivos disciplinares. Nesta forma de autoexploração, própria desta nova fase do neoliberalismo, se consuma a subsunção real de trabalho ao capital.

Na origem do conservadorismo contemporâneo, como um fenômeno de massas, está a insegurança pessoal provocada pela desestruturação da família tradicional de um lado, e do outro pela desestruturação dos sistemas de previdência social pública. A crise da família tradicional afeta mais profundamente às camadas populares, e estas buscam na religião especialmente aquelas pautadas pela teologia da prosperidade, uma fonte de segurança. De fato, as políticas neoliberais, promovem que os indivíduos regressem para a família como fonte de proteção em lugar do Estado de Bem-estar. Porém a família tradicional está em decomposição, mesmo entre as camadas populares. Por outro lado, a crise da previdência social pública, afeta mais profundamente as camadas assalariadas em particular os setores com um nível de escolaridade médio e alto. Aqui não existe a reivindicação da proteção social por meio da família tradicional. Antes, pelo contrário, nestes setores há uma crítica à família tradicional como família patriarcal. Entretanto, o desmonte dos sistemas previdenciários, provoca uma grande insegurança pessoal e social, sem solução nem sequer pela via da família tradicional. Temos, portanto, uma dupla crise dos mecanismos de proteção social: a família tradicional e a previdência pública que afeta de forma desigual e combinada às camadas populares a aos estratos assalariados médios.

As forças conservadoras promovem a destruição da previdência social pública e o retorno à família tradicional tanto para as camadas populares como para os setores médios. Solução utópica e regressiva, já que ela, a família tradicional, está em crise final, além de ser objeto de justa crítica e rejeição entre os estratos assalariados de ingressos médios e altos da classe trabalhadora, As forças de esquerda promovem além da crítica e rejeição da família tradicional, a construção de um sistema de previdência social pública, que no limite se materializa num Estado de Bem-estar como mecanismo de superação da insegurança

individual. Porém, este caminho está interdito parcial ou totalmente pelas transformações pós-fordistas e financeiras do capitalismo contemporâneo. A única saída que está colocada, no quadro do sistema do capital atual, é a intensificação da exploração até o grau da auto-exploração. Mas, nem mesmo assim é possível garantir algum grau de segurança pessoal e social que venha a compensar a desestruturação do sistema familiar tradicional e de previdência social pública.

Esta situação leva à busca de “saídas” dentro da ordem pelo caminho da reinvenção de tradições familiares e/ou religiosas e do irracionalismo pós-moderno: a xenofobia, o nacionalismo, a islamofobia, racismo, machismo, etc., e também o renascimento de movimentos religiosos de reencantamento do mundo, recristianização e salvação individual, social e/ou nacional.

Porém reiteramos, é um caminho infrutuoso, sem saída. A família tradicional está em decadência irreversível por múltiplos fatores, entre eles, fatores culturais civilizatórios de rejeição ao patriarcado. E os sistemas de previdência social públicos, estão limitados pelas imposições do capital financeiro que estabelece limites ao gasto fiscal, a gestão privada do fundo público e estabelece a interdição ao aumento de longo prazo da dívida pública dos estados nacionais. Sem dúvida que o capitalismo é capaz de se reinventar, como já tem sido demonstrado em outros momentos, ao longo da história. O empreendedorismo e o empoderamento, o trabalho sobre si mesmo, é uma estratégia contemporânea que por enquanto consegue aumentar a produtividade, junto com desorganizar e apassivar à classe trabalhadora. Uma reorganização estrutural da sociedade sobre outros pressupostos produtivos, é uma outra saída, desta vez, contra a ordem.

G.: Temos visto a educação ser responsabilizada e apontada como saída. Como vê materializado na educação as demandas/ imposições do capital para resolver em seu favor a atual erupção da crise? Quais os impactos da crise nas políticas para o ensino superior público? Qual a sua avaliação do projeto Future-se?

L.: A proposta Future-se dá continuidade à contrarreforma da Universidade. Esta contrarreforma é contemporânea da financeirização do capital e o neoliberalismo. O programa Future-se é o projeto de uma universidade para a capital que aprofunda o capitalismo acadêmico iniciado com os Parques Tecnológicos (Resolução Executiva 084/1984, do CNPq), as Fundações Privadas de apoio (Lei 8.958/1994), a Lei de inovação tecnológica (Lei 10.973/1994), a reforma administrativa do Estado estabelecida pela Emenda Constitucional 19/98, a lei sobre as Organizações Sociais (Lei 9.637/98) que foi julgada constitucional pelo STF em 2015, as Parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004), a criação da EBSERH (Lei 12.550/2011 e Decreto 7.661/2011), a Emenda Constitucional 85/2015, o novo Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/2016) e o Novo Regime Fiscal da Emenda Constitucional 95/2016.

A contrarreforma universitária gira em torno da luta pela definição do papel das universidades, institutos técnicos e CEFETs e das empresas públicas e/ou privadas na gestão do complexo de ciência e tecnologia necessário para o desenvolvimento econômico-social nesta época aberta pela 3ª revolução

industrial (que para alguns constitui o capitalismo cognitivo), assim como também, ao mesmo tempo, e não sem contradições com o item anterior, com o interesse de setores empresariais de se apropriar privadamente das instituições educacionais de nível superior e dos correspondentes fundos públicos com uma finalidade lucrativa. É uma disputa, na qual a própria concepção de ciência e tecnologia, em sociedades periféricas e dependentes, está em jogo seja como instrumento de perpetuação e aprofundamento da dependência e subordinação econômica, política e cultural, seja como instrumento de soberania e emancipação social e humana. Diríamos, que de um lado temos Universidade do capital, do outro a Universidade popular.

Com esta nova proposta as Organizações Sociais poderão gerir recursos privados obtidos de diversas fontes, entre elas do mercado de capitais, assim como contratar diretamente técnicos e até docentes. De fato, é uma fonte de recursos suplementar, que se acrescenta ao congelado orçamento público, a ser gerido pelas Organizações Sociais, a partir de um contrato de gestão celebrado voluntariamente por cada Universidade, Instituto Federal ou CEFET. O arcabouço jurídico já foi aprovado anteriormente porém não utilizado plenamente, como fica claro no caso das Organizações Sociais. O que o projeto faz é estimular, com a promessa de recursos privados obtidos fundamentalmente de aplicações no mercado de capitais, que as universidades realizem transformações pró-mercado na perspectiva do capitalismo acadêmico. Evidentemente, como os recursos são muito escassos, as disputas entre as universidades, e no interior de cada universidade entre os centros, unidades, departamentos e cada professor e professora será muito acirrada, desencadeando uma brutal corrida pelo produtivismo. De fato, este é um dos objetivos: aumentar a produtividade do trabalho docente mensurado com os critérios do cálculo econômico do mercado de capitais. Também, um outro efeito, caso venha a ser aprovada esta nova contrarreforma, é a constituição de dois tipos de universidades: as universidades de classe mundial ou excelência internacional e as universidades de ensino voltadas para a qualificação da força de trabalho precarizada doméstica.

A proposta de contrarreforma segue a lógica de fazer mudanças estruturais incrementais ao longo de um período prolongado de tempo, acarretando no final a mudança substantiva do caráter da universidade pública, sua autonomia, o tripé ensino, pesquisa e extensão e sua função social. Por enquanto, o projeto apresentado, não mexe com a cobrança de matrículas na graduação nem na pós-graduação *stricto-sensu*, deixando o cobro de matrícula somente na pós-graduação *lato-sensu*, como já foi reconhecido pelo STF. Segue também o método adotado pelo programa REUNI (2008) e pela EBSEH (2011) de adesão voluntária de cada universidade o que enfraquece a resistência do conjunto dos universitários, já que as universidades aderem voluntariamente, uma a uma, em função de conjunturas internas, após um intenso processo de desgaste entre os segmentos, os sindicatos e os colegiados.

Evidentemente, este projeto não é somente mais do mesmo. Há aqui um passo novo, que modifica qualitativamente o quadro que já vinha sendo desenhado como ameaça nas décadas anteriores. Devemos trabalhar, nos nossos departamentos, grupos de pesquisa, sindicatos e movimentos sociais para constituir uma grande frente de cientistas, acadêmicos, reitores e movimentos sociais de docentes,

TAEs e estudantes, para a rejeição desta proposta que, ataca frontalmente o caráter público, a autonomia, o tripé de ensino, pesquisa e extensão da educação superior, a pesquisa em ciência e tecnologia, oferecendo em troca a ilusão dos rendimentos na bolsa de valores de aplicações financeiras do patrimônio estatal como suplemento ao congelamento e diminuição do orçamento público. Até aqueles setores que são favoráveis a algum nível de empresariamento das universidades, conhecem pela experiência internacional, que a autonomia e o financiamento público são fundamentais para ter sucesso na pesquisa científica e tecnológica. Nesta proposta o governo trabalha com a hipótese (uma verdadeira chantagem) da manutenção do congelamento dos investimentos públicos nas universidades, institutos e CEFETs estabelecido pela Emenda Constitucional 95 até o ano de 2036, e se aproveita desse fato para propor um “choque de capitalismo” nas instituições de ensino superior.

G.: A esquerda e o movimento docente estão conseguindo se organizar para enfrentar esta conjuntura? O que advoga para a organização dos professores para o enfrentamento dos ataques à educação? Quais os encaminhamentos organizativos necessários?

L.: Com as mobilizações de junho de 2013, o *impeachment* da ex-presidente Dilma (2016) e a posterior prisão do ex-presidente Lula (2018), articulado sob a batuta do imperialismo norte-americano, encerrou-se o ciclo da Nova República que teve como um dos principais protagonistas o movimento dos trabalhadores orientado politicamente pela estratégia democrático-popular. Este movimento e suas principais organizações: CUT, PT e MST pautaram a política nacional em todo este período de um pouco mais de três décadas. A política de luta por dentro da institucionalidade burguesa por direitos, cidadania, pela socialização da política, o controle social do Estado, a ampliação do poder de compra dos trabalhadores e camadas populares, a criação de um mercado interior de consumo de massas, marcaram estas décadas tanto nas lutas políticas quanto na reflexão teórica. Entretanto, esta estratégia, conforme foi passando o tempo, e pela urgência de enfrentar as políticas neoliberais e de acumular forças direcionadas para ganhar eleições e depois pela necessidade de garantir a governabilidade desembocou num processo de apassivamento da classe trabalhadora e de rebaixamento da política de luta por direitos que caracterizam o reformismo fraco dos governos do PT e seus aliados.

Elementos estratégicos, que estiveram presentes, no final dos anos 70 do século passado, nas lutas de reorganização da classe, como o fim do sindicalismo de Estado e sua maior expressão, o imposto sindical, foram abandonados, e até mais, a partir da aprovação da lei da reforma sindical, que reconhece às Centrais Sindicais (Lei 11.648/2008) surgiu um mercado sindical organizado em torno da divisão do imposto sindical entre as centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores. Infelizmente, vai ser somente com esta última contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), confirmada sua constitucionalidade pelo STF em 2018, que o imposto sindical deixa de ser compulsório para toda a categoria e passará a ser facultativo de cada trabalhador. Assim, como o fim do imposto sindical, fica minada a base material do sindicalismo de Estado, obviamente, deixa toda uma cultura sindical arraigada nas práticas dos sindicatos que será necessário enfrentar.

Entretanto, devemos ficar atentos para o fato que o que está em processo após o fim do sindicalismo de Estado é o sindicalismo de mercado, o sindicato como serviço, que se oferece como uma mercadoria a mais, inserida nas relações de consumo, e não o sindicalismo classista.

Defendemos, como caminho para a reorganização classista do movimento dos trabalhadores, a realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. O Andes-SN vem apontando corretamente nesta direção e tem sido um ator importante na construção do *Fórum sindical, popular e de juventudes em luta por direitos e liberdades democráticas* que pode vir a ser um instrumento que pavimente o caminho para um Enclat. Há outros instrumentos de unidade e luta como o Fonasefe que deve ser hierarquizado na política de construção da unidade sindical com uma perspectiva classista e anti-imperialista que possa contribuir para a construção de um Enclat, mesmo que seja na forma de um evento preparatório no setor dos trabalhadores do serviço público.

Uma especial atenção merece o ENE (Encontro Nacional da Educação) que realizou recentemente sua terceira edição em Brasília, nos dias nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2019 na UnB. Precisamos hierarquizar esta construção na política de unidade e luta perspectivando a construção de um Enclat. Evidentemente precisa superar seu caráter endógeno, e se constituir num evento de massas, e não apenas da militância mais aguerrida do Andes-SN e setores do movimento estudantil. Para isso precisa ampliar seu poder de convocatória para envolver a CNTE, as entidades nacionais estudantis, e comprometer o apoio e a participação mais firme dos sindicatos de técnicos e professores da educação. A bandeira do ENE de construir um projeto democrático e classista de educação, dialoga com a proposta da Universidade Popular como projeto estratégico para a juventude trabalhadora e o movimento docente organizado.

G.: A América Latina produziu intelectuais que analisaram nossa situação em perspectiva marxista? Desta produção, há algo que dialogue mais diretamente com o que estamos vivendo?

L.: Nossa história está marcada, além da colonização europeia e da escravidão, pela ingerência constante do imperialismo dos EUA, que se expressa na luta entre o projeto Monroísta da “América para os americanos” e o projeto Bolívariano. A concepção monroísta, foi formulada no século XIX pelo presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em 1823. Diante desta formulação, na mesma época, foi levantada em contraposição o projeto bolívariano da “Pátria Grande” da unidade das nações latino-americanas, para enfrentar os interesses imperialistas, especialmente dos EUA. Esta situação de confronto entre o projeto monroísta e a o bolívariano, está atualmente presente com uma força muito viva, particularmente no diz respeito aos processos revolucionários bolivarianos desencadeados como resistência ao neoliberalismo, entre vários países da América Latina, especialmente Venezuela, Bolívia, e Equador. Lembremos que em 1989 aconteceu o assim denominado “caracazo”, na Venezuela, um protesto de massas populares empobrecidas contra a imposição de medidas econômicas neoliberais, que derivou na emergência do general Hugo Chávez, que protagonizou a revolução bolivariana, e governou como presidente desse país entre os anos de 1999 e 2013 quando faleceu. O processo bolívariano continuou na Venezuela, encabeçado agora por Nicolás Maduro, porém cercado econômica e

financeiramente pelos EUA (como fez anteriormente com a revolução Cubana), com a finalidade de provocar uma crise humanitária para assim promover uma revolta popular que aponte para uma mudança de regime pró-mercado. Não ignoramos os sérios problemas de gestão da crise do próprio governo, porém nada pode ser mais urgente hoje que o mais firme repúdio à política dos EUA e dos governos títeres do imperialismo (como é o caso do nosso governo) com relação ao governo e povo venezuelano.

Há uma tradição político, cultural e intelectual das emergentes camadas médias que se expressou na Reforma Universitária de Córdoba em 1918, e nas universidades populares do movimento estudantil particularmente em Peru e Cuba. O movimento estudantil e a intelectualidade são um elemento importante na história das nossas sociedades e nas lutas antiimperialistas na infatigável busca de uma aproximação com o movimento dos trabalhadores, através da função social da universidade. Certo que têm havido equívocos messiânicos, voluntaristas, vanguardistas e de tutela intelectual nesta aproximação da *intelligentsia* que tem se comportado em diversas oportunidades como se fosse uma vanguarda que substitui à própria classe operária. Porém, mesmo assim, é um patrimônio político-cultural importante na conformação do bloco histórico da força social e política capaz de participar decisivamente de um processo transformador estrutural que merece ser analisado e fomentado politicamente.

O enraizamento do marxismo na classe operária começou no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX com a formação dos partidos socialistas e comunistas, em muitos casos sobre uma base anterior de caráter anarquista. Um autor exemplar é o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1937). Neste pensador temos uma reflexão e práxis política que incorpora de modo original o pensamento de Marx com a questão da libertação nacional e social, em sociedades marcadas pela colonização europeia e a sobrevivência, em condições de exploração, domínio e subalternidade, dos povos originários.

O encontro inicial do marxismo com as lutas nacionais e sociais, particularmente da classe operária, vai dar lugar à formulação de uma estratégia para a superação do capitalismo, pautada por um longo processo de lutas agrárias, nacional e/ou popular democráticas e de libertação nacional, que hoje está no centro dos debates e das lutas políticas da classe trabalhadora no nosso continente. Como dizíamos anteriormente, no início desta reflexão,, há uma necessidade de pensar em ir além do enfrentamento das tarefas “em atraso” para dar conta dos desafios atuais das lutas dos povos no nosso continente. Isto porque estamos diante de um capitalismo já inteiramente consolidado, sem tarefas “em atraso” a serem realizadas, o que significa que já não podemos contar com a resistência e luta de segmentos pré-capitalistas, uma vez que estes já foram inteiramente metabolizados e refuncionalizados na lógica do capital, nem fazer alianças com setores conciliadores da burguesia local que não estão mais presentes na conjuntura.

A teoria da dependência, particularmente sua vertente marxista, na figura de Ruy Mauro Marini (1932-1997) é uma das principais contribuições do pensamento latino-americano, para a crítica da economia política, em particular de crítica às concepções desenvolvimentistas da CEPAL. Suas formulações são, ainda mais hoje, após o fracasso do “neo-desenvolvimentismo” dos governos progressistas e/ou bolivarianos, de uma grande relevância. A compreensão do imperialismo e da superexploração da força

de trabalho no nosso continente como empecilho estrutural para a industrialização por substituição de importações e como consequência para a construção de sequer um mínimo estado de bem-estar entre nós é uma contribuição para o pensamento crítico e a práxis política,

Finalmente destacar, o diálogo com o cristianismo que produzirá a teologia (Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Frei Betto) e a filosofia da libertação (Franz Hinkelammert e Enrique Dussel). A educação popular, também surge neste caldo cultural sincrético entre cristianismo e marxismo, que teve uma expressão inicial fundacional na obra de Paulo Freire (1921-1997), declarado patrono da educação entre nós (Lei nº 12.612). A partir dele tem se desenvolvido uma poderosa corrente de pensamento e ação política que desborda os limites da América Latina. Teve impacto na Revolução Sandinista e, entre nós, na formação do “novo sindicalismo” autônomo e de base, e na constituição do PT através das Comunidades Eclesiais de Base. Este legado do sindicalismo autônomo e de base tem sido muito importante na história recente da Nova República e da estratégia democrático-popular.

Há aqui todo um trabalho de pesquisa sobre o sindicalismo autônomo e de base entre os docentes da educação superior, a sua relação com o “novo sindicalismo” do final dos anos 70 e da década dos 80, as formulações da teologia da libertação e sua articulação com outras correntes marxistas como no caso do trotskismo.

Chama à atenção, neste cenário, a cruzada contra o “marxismo cultural” que os setores mais reacionários, proto-fascistas do governo Bolsonaro, assim como de outros governos da mesma índole, que surgem e avançam no bojo da crise sistêmica que abala o capitalismo: seja esta entendida tanto como crise de transição ou de decomposição. Há uma interpretação que diz que em Gramsci, contra Lenin, há uma substituição da classe trabalhadora (operária) pela “classe” intelectual (dos docentes das universidades públicas) que realiza a tarefa de destruição do capitalismo através da conquista moral e intelectual da sociedade, ocupando para isto, os aparelhos privados de hegemonia ou, no dizer de Althusser, os aparelhos ideológicos do Estado. Daí que a luta pela defesa do capitalismo e junto com ele da família e dos costumes tradicionais, é uma luta contra os intelectuais, as universidades públicas, os aparelhos de consenso do Estado (preservando os aparelhos de coerção: forças armadas, polícia, poder judiciário). É uma verdadeira cruzada contra a cultura, a arte, a ciência e tecnologia atual, com o pretexto da luta contra este “marxismo cultural” e as ideologias associadas com ele, o progresso e o bem-estar social. Estes modernos cruzados buscam de fato, na forma de uma utopia reacionária, extirpar as conquistas culturais, civilizatórias da modernidade ocidental iluminista. No seu lugar, colocam ao homem simples, afastado dos grandes centros urbanos, vítima de globalização, que busca resultados prático-utilitários (como o bom homem de negócios que não precisa de formação universitária para ser bem sucedido), organizado naturalmente e espontaneamente em famílias e grupos de interesses que pauta seu comportamento pelo “senso comum”, desprezando as ideologias (como a “ideologia de gênero”) produzidas pelos intelectuais, especialmente aqueles que trabalham nas universidades públicas. Este homem simples, do senso comum, é o homem do capitalismo tecno-financeiro (potencial sujeito-objeto cliente das novas formas de inclusão financeira), distanciado das complexidades da vida social globalizada e dos problemas que ela coloca: aquecimento global, multiculturalismo, desigualdades sociais, alienação da vida cotidiana,

deixando nas mãos dos especialistas em *big data*, dos engenheiros do comportamento social e individual, dos especialistas em técnicas de empoderamento, em suma, dos intelectuais orgânicos do capitalismo tecno-financeirizado a solução destes complexos problemas contemporâneos. Diríamos nós, parafraseando a Lukács, é o projeto anti-iluminista da destruição da razão.

Notas:

1 Possui graduação em Serviço Social - Universidad de La República Oriental del Uruguay (1980), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, teoria social e serviço social, história do serviço social, disciplinamento higienista e prática profissional. Email: luiseduacosta@gmail.com